

NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A.

CNPJ nº 07.522.669/0001-92 | Companhia de Capital Fechado



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

DESTAQUES (R\$ MM) 4T25	4T25	4T24	Δ %	2025	2024	Δ %
Margem Bruta	176	193	(9%)	647	681	(5%)
EBITDA	109	115	(5%)	425	434	(2%)
Resultado Financeiro	(63)	(68)	(7%)	(273)	(244)	12%
Prejuízo Líquido	(9)	(4)	125%	(34)	-	-
INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada total (GWh) (SIN + Sistema Isolado + GD)	2.205	2.105	4,8%	8.419	8.237	2,2%
Energia Distribuída Total (GWh) (Cativa + Livre + GD)	1.926	1.862	3,5%	7.277	7.205	1,0%
Número de Clientes (mil)	1.214	1.188	2,2%			
DEC anualizado (horas)	5,73	5,04	13,7%			
FEC anualizado (interrupções)	3,93	3,80	3,4%			
Perdas de Distribuição (%)	12,77%	11,30%	(1,47 p.p.)			
Indicadores Financeiros de Dívida¹						
2025	2024	Variação				
Dívida Líquida²/EBITDA³	2,70	2,93	(0,23)			
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA				

(¹) Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants
(²) Dívida Líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
(³) EBITDA 12 meses

Destques Financeiros e Operacionais:
• Energia injetada total, incluindo GD, de 2.205 GWh no 4T25 (+4,8% vs. 4T24) e de 8.419 GWh em 2025 (+2,2% vs. 2024).
• EBITDA de R\$ 109 milhões no 4T25 (-5% vs. 4T24) e de R\$ 425 milhões em 2025 (em linha vs. 2024).
• CAPEX de R\$ 363 milhões em 2025, com investimentos concentrados na expansão da rede e na renovação de ativos.
• DEC de 5,73h (abaixo do regulatório de 6,80h) e FEC de 3,93x (abaixo do regulatório de 4,73x).
• Reajuste tarifário com variação da Parcela B de +8,3%, aplicado a partir de 22 de outubro de 2025.

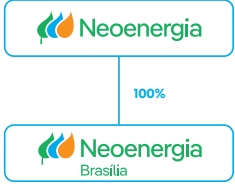
MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2025, a Neoenergia Brasília consolidou um ciclo de avanço consistente na qualidade do serviço, na proximidade com o cliente e na sustentabilidade do sistema elétrico do Distrito Federal. O ano foi marcado pelo reconhecimento nacional e por entregas que reforçam o nosso compromisso com uma distribuição de energia segura, confiável e cada vez mais inclusiva. Fomos vencedores do Prêmio Abradee 2025 na categoria Evolução do Desempenho, um marco inédito para o setor elétrico do DF, refletindo a melhoria contínua dos indicadores de continuidade, a modernização da rede e a transformação da experiência do cliente. O Grupo Neoenergia também bateu recorde com oito troféus na premiação, evidenciando a consistência da nossa estratégia de gestão e operação em redes. Mantivemos investimentos robustos em expansão, modernização e automação da rede. Em 2025, executamos o maior ciclo de investimentos da nossa história local, com reforços em subestações, linhas e circuitos, ampliando a disponibilidade e a confiabilidade do fornecimento. Também avançamos nos projetos de infraestrutura elétrica de novas subestações em regiões de alto crescimento, como Guarã e Park Way, acompanhando o desenvolvimento urbano com soluções técnicas para redes mais resilientes. A melhoria da qualidade também se refletiu na manutenção dos indicadores de continuidade abaixo dos limites regulatórios, com desempenho anual sustentado pela modernização da rede, automação, podas preventivas e ações de operação 24x7. Seguimos com foco na eficiência e na disciplina de custos, garantindo sustentabilidade econômico-financeira e capacidade de investimento em benefício da sociedade. No relacionamento com o cliente, fortalecemos uma jornada de atendimento cada vez mais ágil, acessível e omnicanal. Em 2025, fomos reconhecidos em premiações nacionais pela evolução da experiência no Call Center e pela adoção de soluções baseadas em análise de dados e inteligência, o que contribuiu para reduzir chamadas abandonadas, antecipar demandas e elevar a satisfação. Modernizamos lojas, ampliamos o autoatendimento e levamos serviços presenciais para todas as Regiões Administrativas, inclusive com agência móvel elétrica, com ganhos percebidos em atendimento, clareza da conta e comunicação. Como reflexo dessa cultura centrada em pessoas, a Neoenergia Brasília foi reconhecida pelo Great Place To Work em 2025: 5ª colocada no ranking GPTW Centro-Oeste, entre as empresas de médio porte. O reconhecimento reafirma nosso compromisso com um ambiente diverso, colaborativo e voltado ao desenvolvimento e bem-estar de nossos colaboradores. No pilar social, ampliamos o impacto da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) no DF com a vigência das novas regras federais, que garantem isenção do consumo de até 80 kWh/mês para famílias de baixa renda inscritas no CadÚnico. Intensificamos ações de cadastramento e orientação junto aos CRAS e canais da empresa aumentando em 11 mil clientes em 2025, totalizando mais de 115 mil beneficiados. Também avançamos na regularização do fornecimento de energia elétrica para mais de 12,5 mil famílias em 2025. Desde sua chegada ao Distrito Federal, a empresa já beneficiou cerca de 52,5 mil famílias, promovendo desenvolvimento econômico e social para essa parcela da população e garantindo o fornecimento de energia elétrica com qualidade e segurança em todo o Distrito Federal. Em 2025, seguiremos com o mesmo propósito junto à sociedade do DF, com um planejamento de regularização do fornecimento de energia de mais famílias. A agenda de eficiência energética ganhou novo impulso, destinando R\$ 14 milhões a projetos de modernização e consumo consciente em condomínios, comércio, indústrias e órgãos públicos do DF. Reforçamos, ainda, iniciativas de geração solar fotovoltaica em prédios públicos – com destaque para a usina do Palácio da Alvorada e novas parcerias em órgãos federais –, reduzindo gastos, emissões e estimulando a transição energética. No combate a perdas e à inadiplência, seguimos com ações de inteligência e campo, em cooperação com o Governo do DF e forças de segurança, além de mitrôres de conciliação com o TJDFT e operações específicas para grandes devedores. As iniciativas de fiscalização e regularização de fraudes continuam gerando benefícios diretos para a qualidade do fornecimento e para as finanças públicas, com recuperação de energia e de tributos, e com reforço permanente aos canais de denúncia e à educação para o uso responsável da energia. Nada disso seria possível sem o compromisso e a dedicação de nossas equipes, que atuam 24 horas por dia para garantir o fornecimento com segurança, qualidade e respeito ao cliente. Agradeço a cada colaborador, parceiro e autoridade que caminhou conosco em 2025. Seguiremos em 2026 intensificando investimentos, acelerando inovação e ampliando programas sociais e de eficiência, com o propósito de transformar a vida da sociedade do DF e entregar um serviço à altura das expectativas dos brasilienses.

Frederico Jacob Candian
Diretor-presidente da Neoenergia Brasília

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Neoenergia Brasília detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 33 municípios do Distrito Federal (DF), abrangendo uma área de concessão de 5,8 mil km². É uma Companhia de capital fechado, com 100% do seu capital detido pela Neoenergia, conforme estrutura abaixo:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2025 foi marcado por tensões geopolíticas no cenário global, contribuindo para um ambiente de maior risco. Nos Estados Unidos, a economia manteve crescimento moderado, com inflação dentro das bandas da meta e mercado de trabalho aquecido, sustentando um PIB resiliente. O Federal Reserve (FED) adotou postura cautelosa, mantendo juros elevados durante boa parte do ano antes de promover alguns cortes no segundo semestre. A taxa de juros americana encerrou 2025 em 3,75%. No Brasil, a inflação apresentou trajetória de desaceleração, encerrando 2025 com alta de 4,23%, dentro das bandas da meta do Banco Central. A atividade econômica permaneceu aquecida, reforçada pela taxa de desemprego em patamar historicamente baixo, e pela projeção de crescimento do PIB em 2,3% no ano. Apesar desse desempenho, a deterioração do quadro fiscal segue como fonte de preocupação quanto à sustentabilidade das contas públicas. Em resposta às pressões inflacionárias e ao ambiente externo desafiador, a política monetária manteve postura restritiva, com a taxa Selic encerrando o período em 15% ao ano. Apesar das tensões geopolíticas e da volatilidade nos mercados globais, o enfraquecimento do dólar, que recuou 11% frente ao real, favoreceu a migração de fluxos para economias emergentes, incluindo o Brasil. Esse movimento impulsionou a retomada do investidor internacional na Bolsa brasileira, que registrou entrada líquida de aproximadamente R\$27 bilhões em 2025, contribuindo para a forte valorização do Ibovespa, que encerrou o ano com alta de 34%.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Tarifas
Em 14 de outubro de 2025, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Brasília, o qual entrou em vigor em 22 de outubro, com efeito médio de 11,65% para os consumidores (13,82% para alta tensão e 10,88% para baixa tensão). A variação da Parcela A foi de 9,8%, totalizando R\$ 3.190,3 milhões, impactada principalmente pelo aumento de 27,4% nos encargos setoriais, pelo aumento de 7,8% nos custos com transmissão e pelo aumento de 1,0% nos custos de compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 288,82/MWh. Já a variação da Parcela B foi de 8,3%, reflexo da inflação acumulada no período (IPCA) de 5,24%, deduzido do Fator X de -1,59%, bem como das variações das Outras Receitas e Receitas de Ultrapassagens de Demanda e Reativos auferidas no período, resultando no valor da Parcela B de R\$ 721,5 milhões.
3.2. Modernização Setorial
Em 2025, foram publicadas as Medidas Provisórias nºs 1.300 e 1.304, convertidas nas Leis nºs 15.235 e 15.269, que trataram de diversos itens de modernização setorial, com reflexos transversais em todos os negócios da Neoenergia. Entre as principais iniciativas da MP 1.300/2025, destaca-se a criação do Programa Luz do Povo, que ampliou a Tarifa Social de Energia Elétrica ao estabelecer a gratuidade da conta de luz. A MP nº 1.304/2025, tratou de temas estratégicos como a abertura do mercado de energia, o armazenamento e os cortes de geração, conhecidos como *curtailment*.

A implementação do novo marco regulatório, contudo, depende da edição de normas infralegais, cujo avanço é esperado ao longo de 2026. Em paralelo, o Projeto de Lei (PL) 2987/2015, teve aprovação do texto substitutivo do relator, que trouxe aspectos suprimidos da MP 1.300/2025, bem como outros temas, como armazenamento de energia e indenização por interrupções.
3.2.1. Programas sociais de acesso à energia elétrica para a população de baixa renda
A Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE é um benefício oferecido para as famílias de baixa renda em que são concedidos descontos na tarifa aplicável a esses consumidores. Originalmente, o desconto variava conforme a faixa de consumo mensal (até 220 kWh). A Lei nº 15.235/2025 redefiniu a forma de aplicação desses descontos, determinando:
• um único critério para a aplicação do desconto, 100% para as famílias com consumo inferior à 80 kWh/mês; e
• isenção, a partir de 1/1/26, das quotas da CDE para os consumidores com renda superior a meio e inferior a um salário-mínimo, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e com consumo mensal de até 120 kWh por mês.

3.2.2. Abertura do Mercado Livre
Em 2025, foi publicada a Lei nº 15.269, que previu a abertura do mercado livre para o Grupo B – Baixa Tensão (inferior à 2,3 kV) em duas etapas:
• em até 24 meses de publicação da Lei (novembro de 2028) para os consumidores comerciais e industriais; e
• em até 36 meses de publicação da Lei (novembro de 2029) para os demais consumidores. A medida veio acompanhada de outras definições, dentre as quais destaca-se a criação do Supridor de Última Instância, figura responsável por atender os consumidores varejistas que se encontrem temporariamente sem fornecedor no mercado livre. Outra definição foi o compartilhamento dos efeitos financeiros da sobrecontratação ou da exposição involuntária das distribuidoras decorrentes da migração de consumidores ao mercado livre entre todos os consumidores regulados e livres, mediante encargo tarifário.
3.2.3. Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC
Em 27 de março foi divulgado o Despacho ANEEL nº 882/2025, que atualizou os valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital para os segmentos de Distribuição, Transmissão e Geração, a serem aplicadas aos processos de revisão tarifária a partir de 1º de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2026. Posteriormente, em 30 de abril de 2025, a ANEEL publicou uma retificação do despacho 882/2025 com alterações nas taxas de remuneração. A taxa final real antes dos impostos foi de 12,17% para distribuição.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores
A Companhia encerrou o ano com 1,214 milhão de consumidores ativos, avanço de 26 mil clientes em relação a 2024 (+2,2%).

Neoenergia Brasília				Participação no Total %		2025 x 2024	
Número de Consumidores (milhares)				2025	2024	Dif.	%
Residencial	1.076	1.051		88,6%	88,5%	25	2,4%
Industrial	1	1		0,1%	0,1%	-	-
Comercial	121	120		10,0%	10,1%	1	0,8%
Rural	10	10		0,8%	0,8%	-	-
Outros	6	7		0,5%	0,6%	(1)	(14,3%)
Total	1.214	1.188		100%	100%	26	2,2%

4.2. Evolução do Mercado
A energia distribuída (cativo + livre + GD) totalizou 1.926 GWh no 4T25 (+3,5% vs. 4T24) e 7.277 GWh em 2025 (+1,0% vs. 2024), impulsionada pelo aumento das unidades consumidoras e pelas temperaturas mais elevadas no trimestre. Os valores de energia distribuída por tipo de cliente e mercado são apresentados nas tabelas abaixo:

Energia Distribuída (GWh)	Neoenergia Brasília				4T25 x 4T24		Participação no Total %		Neoenergia Brasília		2025 x 2024		Participação no Total %	
	4T25	4T24	Dif.	%	4T25	4T24	2025	4T24	2025	4T24	Dif.	%	2025	4T24
Residencial	677	677	1	0,1%	55,0%	51,2%	2.597	2.582	15	0,6%	54,1%	48,7%		
Industrial	4	7	(2)	(34,1%)	0,3%	0,5%	16	33	(18)	(53,2%)	0,3%	0,6%		
Comercial	300	328	(28)	(8,5%)	24,4%	24,8%	1.139	1.353	(214)	(15,8%)	23,7%	25,5%		
Rural	30	27	3	12,6%	2,4%	2,0%	116	127	(12)	(9,2%)	2,4%	2,4%		
Outros	220	283	(63)	(22,1%)	17,9%	21,4%	930	1.208	(278)	(23,0%)	19,4%	22,8%		
Mercado Cativo	1.232	1.321	(89)	(6,7%)	64%	71%	4.797	5.302	(505)	(9,5%)	66%	74%		
Industrial	160	144	16	10,9%	31,3%	34,3%	588	548	40	7,2%	31,3%	37,0%		
Comercial	253	209	44	21,1%	49,4%	49,8%	924	735	189	25,7%	49,3%	49,6%		
Rural	2	1	-	7,4%	0,4%	0,2%	6	5	1	10,7%	0,3%	0,3%		
Outros	53	29	24	83,2%	10,4%	6,9%	213	39	174	451,3%	11,4%	2,6%		
Suprimento	45	37	8	21,4%	8,8%	8,8%	145	154	(9)	(5,8%)	7,7%	10,4%		
Mercado Livre	512	420	92	21,9%	27%	23%	1.876	1.481	395	26,6%	26%	21%		
Residencial	52	32	20	61,0%	28,6%	26,7%	171	112	60	53,3%	28,3%	26,7%		
Industrial	3	2	1	49,5%	1,6%	1,7%	9	6	3	58,2%	1,5%	1,4%		
Comercial	119	80	39	48,3%	65,4%	66,7%	391	281	110	39,1%	64,7%	66,9%		
Rural	6	4	2	55,6%	3,3%	3,3%	22	15	7	50,1%	3,6%	3,6%		
Outros	3	2	1	38,5%	1,6%	1,7%	10	7	4	57,1%	1,7%	1,7%		
Energia de compensação GD	182	120	62	51,8%	9%	6%	604	420	184	43,8%	8%	6%		
Residencial	729	709	20	2,9%	37,9%	38,1%	2.768	2.694	74	2,8%	38,0%	37,4%		
Industrial	167	153	14	9,4%	8,7%	8,2%	613	588	25	4,3%	8,4%	8,2%		
Comercial	671	616	55	8,9%	34,8%	33,1%	2.454	2.369	84	3,6%	33,7%	32,9%		
Rural	37	32	6	17,5%	1,9%	1,7%	143	147	(4)	(2,6%)	2,0%	2,0%		
Outros	276	314	(38)	(12,0%)	14,3%	16,9%	1.153	1.253	(98)	(8,0%)	15,8%	17,4%		
Suprimento	45	37	8	21,4%	2,3%	2,0%	145	154	(9)	(5,8%)	2,0%	2,1%		
Total Energia Distribuída (cativo + livre + GD)	1.926	1.862	64	3,5%	100%	100%	7.277	7.205	72	1,0%	100%	100%		

O consumo residencial apresentou crescimento de 2,9% no 4T25 vs. 4T24 e de 2,8% em 2025 vs. 2024, refletindo as temperaturas mais elevadas no trimestre e expansão da base de clientes. A classe industrial (cativo + livre + GD) registrou alta de 9,4% no 4T25 vs. 4T24 e de 4,3% em 2025 vs. 2024, impulsionada pelo desempenho do setor de Minerais não Metálicos. O segmento comercial (cativo + livre + GD) apresentou crescimento de 8,9% no 4T25 vs. 4T24 e de 3,6% em 2025 vs. 2024, influenciado também pelas temperaturas mais elevadas no trimestre. Na classe rural (cativo + livre + GD), o consumo avançou 17,5% no 4T25 vs. 4T24, reflexo do menor volume de chuvas no trimestre, que elevou a demanda por irrigação. Em 2025, houve redução de 2,6% vs. 2024. As demais classes (serviço público, poder público, iluminação pública e uso próprio - cativo + livre +GD), apresentaram retração de -12,0% no 4T25 vs. 4T24 e de -8,0% em 2025 vs. 2024, com destaque para a menor demanda da classe de iluminação pública.

4.3. Balanço Energético
A energia injetada total, incluindo GD, foi de 2.205 GWh no 4T25 (+4,8% vs. 4T24) e de 8.419 GWh em 2025 (+2,2% vs. 2024), refletindo as temperaturas mais elevadas no trimestre e maior incremento da Geração Distribuída.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T25	4T24	4T25 x 4T24		2025	2024	2025 x 2024	
			Dif	%			Dif	%
Neoenergia Brasília								
Mercado Cativo	1.232	1.321	(89)	(6,7%)	4.797	5.302	(505)	(9,5%)
Mercado Livre + Suprimento	512	420	92	21,9%	1.876	1.481	395	26,7%
Energia Distribuída (A)¹	1.744	1.741	3	0,2%	6.673	6.784	(111)	(1,6%)
Energia Perdida (B)	297	230	67	29,1%	987	854	132	15,6%
Não Faturado (C)	(52)	(19)	(33)	173,7%	(9)	11	(20)	N/A
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	1.990	1.952	37	1,9%	7.650	7.649	2	0,0%
Energia Injetada pela GD (E)	216	153	63	41,2%	769	588	181	30,8%
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	2.205	2.105	100	4,8%	8.419	8.237	182	2,2%

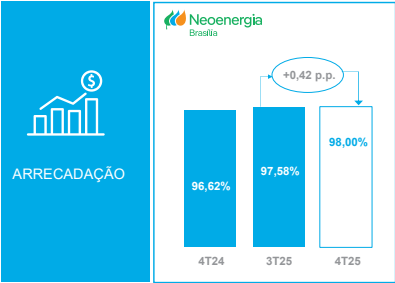
NOTA: ¹ Energia Distribuída não considera energia de compensação GD.

NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A.

4.4. Perdas
As perdas de energia são acompanhadas através do Índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

 Neoenergia Brasília	Perdas totais 12 meses (%)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	Aneel 25
	8,34%	8,37%	8,44%	8,41%	8,40%	2,96%	3,64%	3,93%	4,02%	4,38%	11,30%	12,01%	12,38%	12,44%	12,77%	11,97%
	Perdas totais 12 meses (GWh)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	Aneel 25
	638	639	644	640	643	227	279	299	306	332	864	918	943	946	975	979

NOTAS: (1) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2025 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2024 foram ajustados para a apuração definitiva. (2) Limite regulatório 12 meses.
Em abril/25 a Aneel aprimorou a metodologia de cálculo da cobertura de perdas não técnicas regulatórias em função dos impactos do crescimento da Geração Distribuída que reduz o faturamento das distribuidoras em função da energia compensada dos consumidores pertencentes ao sistema de compensação. A nova metodologia passou a ser aplicada nos processos tarifários a partir de 2025 e, portanto, já foi incorporada no reajuste tarifário da Neoenergia Brasília em outubro de 2025
A Neoenergia Brasília registrou perdas totais 12 meses de 12,77% no 4T25, acima do limite regulatório de 11,97%.
Em 2025, foram implementadas as seguintes ações de combate às perdas:
(i) Realização de mais de 40 mil inspeções;
(ii) Substituição de mais de 34 mil medidores obsoletos por equipamentos modernos;
(iii) Regularização de aproximadamente 17 mil ligações clandestinas;
(iv) Realização de 100 operações com apoio policial.
4.5. Arrecadação e Inadimplência
O índice de arrecadação reflete a capacidade de pagamento dos clientes e a eficácia das ações de cobrança da Companhia. O gráfico abaixo apresenta o resultado acumulado nos últimos 12 meses e seu comportamento em relação aos períodos anteriores:



A arrecadação alcançou 98,00% no 4T25 (+0,42 p.p. vs. 3T25), refletindo a efetividade do plano de recuperação de crédito e reforçando a tendência de crescimento observada nos últimos trimestres.

PECLD/ ROB	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	Limite Regulatório 4T25	2025	Limite Regulatório 2025
Neoenergia Brasília								
ROB	1.415	1.242	1.250	1.314	1.447	1.447	5.252	5.252
PECLD	17	15	6	14	13	8	48	30
Inadimplência	1,23%	1,19%	0,50%	1,04%	0,90%	0,58%	0,91%	0,58%

NOTA: PECLD considera o valor provisionado + correção monetária.
No 4T25 foram adotadas diversas ações de cobrança com intuito de diminuir o índice de inadimplência e, consequentemente, melhorar a arrecadação. Dentre elas, podemos destacar:
(v) 25 mil suspensões de fornecimento a clientes;;
(vi) 541 mil negativasções;
(vii) Acompanhamento de 7 mil instalações de clientes com fornecimento suspenso;
(viii) Protesto de 193,6 mil títulos em cartório, acompanhado do envio de notificações aos clientes;
(ix) 1,3 milhão de cobranças terceirizadas por meio de assessorias;
(x) Ações sistemáticas junto a Grandes Clientes e negociações com órgãos do Poder Público;
(xi) Implementação de novas tecnologias que permitem o pagamento das faturas de energia por cartão;
(xii) Negociações realizadas com 54,9 mil consumidores por meio da plataforma digital;
(xiii) Envio de 3,5 milhões de comunicações via WhatsApp, SMS, URA e e-mail.

4.6. DEC e FEC (12 meses)
A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor, que aferem as falhas ocorridas na rede de distribuição. No 4T25, a Neoenergia Brasília apresentou DEC de 5,73 horas e FEC de 3,93x, ambos abaixo dos limites regulatórios estabelecidos pela Aneel.

Neoenergia Brasília	DEC (horas)			Limite regulatório	FEC (vezes)			Limite regulatório
	4T25	4T24	Δ %		4T25	4T24	Δ %	
	5,73	5,04	14%	6,80	3,93	3,80	3%	4,73

NOTA: Indicadores 12 meses sem supridora. Devido ao fato de o prazo de apuração dos indicadores de qualidade ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2024 foram ajustados para a apuração definitiva.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ MM)	4T25	4T24	Variação		2025	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	963	985	(22)	(2%)	3.559	3.535	24	1%
Custos Com Energia	(788)	(797)	9	(1%)	(2.925)	(2.867)	(58)	2%
Margem Bruta s/ VNR	175	188	(13)	(7%)	634	668	(34)	(5%)
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	1	5	(4)	(80%)	13	13	-	-
Margem Bruta	176	193	(17)	(9%)	647	681	(34)	(5%)
Despesa Operacional	(54)	(61)	7	(11%)	(174)	(199)	25	(13%)
PECLD	(13)	(17)	4	(24%)	(48)	(48)	-	-
EBITDA	109	115	(6)	(5%)	425	434	(9)	(2%)
Depreciação	(52)	(50)	(2)	4%	(201)	(176)	(25)	14%
Resultado Financeiro	(63)	(68)	5	(7%)	(273)	(244)	(29)	12%
IR CS	(3)	(1)	(2)	200%	15	(14)	29	N/A
PREJUÍZO LÍQUIDO	(9)	(4)	(5)	125%	(34)	-	(34)	-

A Neoenergia Brasília registrou margem bruta de R\$ 176 milhões no 4T25 (-9% vs. 4T24) e de R\$ 647 milhões em 2025 (-5% vs. 2024). A variação reflete, principalmente, o impacto da sobrecontratação reconhecida em 2024, que gerou um efeito positivo de +R\$ 21 milhões no 4T24, o que compensou a variação de +8,3% da parcela B no reajuste tarifário de outubro de 2025 e de +5,0% da parcela B no reajuste tarifário de outubro de 2024.

As despesas operacionais totalizaram R\$ 54 milhões no 4T25 (-11% vs. 4T24) e R\$ 174 milhões em 2025 (-13% vs. 2024), redução explicada, principalmente, por efeito positivo não recorrente de decisões judiciais no valor de R\$ 8 milhões em 2025. A PECLD foi de R\$ 13 milhões no 4T25 (-24% vs. 4T24) e de R\$ 48 milhões em 2025 (em linha vs. 2024), reflexo do sólido desempenho do plano de recuperação de crédito. Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA atingiu R\$ 109 milhões no 4T25 (-5% vs. 4T24) e R\$ 425 milhões em 2025, em linha com 2024.

O resultado financeiro totalizou -R\$ 63 milhões no 4T25 (vs. -R\$ 68 milhões no 4T24), impactado pela menor atualização do passivo financeiro setorial no período. Em 2025, o resultado financeiro atingiu -R\$ 273 milhões (vs. -R\$ 244 milhões em 2024), pressionado pelo aumento dos encargos da dívida, em função da elevação do CDI.

A Companhia registrou prejuízo de R\$ 9 milhões no 4T25 (vs. prejuízo de R\$ 4 milhões no 4T24) e prejuízo de R\$ 34 milhões em 2025 (vs. R\$ 0 em 2024).

5.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T25	4T24	Variação		2025	2024	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Prejuízo líquido do período (A)	(9)	(4)	(5)	125%	(34)	-	(34)	-
Despesas financeiras (B)	(63)	(71)	8	(11%)	(272)	(264)	(8)	3%
Receitas financeiras (C)	26	22	4	18%	89	85	4	5%
Outros resultados financeiros líquidos (D)	(26)	(19)	(7)	37%	(90)	(65)	(25)	38%
Imposto de renda e contribuição social (E)	(3)	(1)	(2)	200%	15	(14)	29	N/A
Depreciação e Amortização (F)	(52)	(50)	(2)	40%	(201)	(176)	(25)	14%
EBITDA = A-(B+C+D+E+F)	109	115	(6)	(5%)	425	434	(9)	(2%)

5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (R\$ MM)	4T25	4T24	Variação		2025	2024	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	21	18	3	17%	67	59	8	14%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(70)	(58)	(12)	21%	(271)	(219)	(52)	24%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(14)	(28)	14	(50%)	(69)	(84)	15	(18%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	7	9	(2)	(22%)	28	34	(6)	(18%)
Variações monetárias e cambiais - outros	(2)	-	(2)	-	3	(1)	4	N/A
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(2)	(5)	3	(60%)	(7)	(15)	8	(53%)
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	(6)	(19)	13	(68%)	(46)	(49)	3	(6%)
Obrigações pós emprego	(1)	(1)	-	-	(5)	(3)	(2)	67%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(10)	(12)	2	(17%)	(42)	(50)	8	(16%)
Total	(63)	(68)	5	(7%)	(273)	(244)	(29)	12%

O resultado financeiro registrou -R\$ 63 milhões no 4T25 (vs. -R\$ 68 milhões no 4T24), refletindo a menor atualização do passivo financeiro setorial no trimestre. Em 2025, o resultado financeiro somou -R\$ 273 milhões (vs. -R\$ 244 milhões em 2024), impactado pelo maior custo da dívida, em função da elevação do CDI, que superou o avanço da receita com aplicações financeiras no período.

6. INVESTIMENTOS

O CAPEX da Neoenergia Brasília totalizou R\$ 363 milhões em 2025, com investimentos direcionados principalmente à expansão da rede e à renovação de ativos.

INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	Neoenergia Brasília		
	2025	2024	Δ %
Expansão de Rede	113	75	49%
Novas Ligações	52	34	55%
Novas SE's e RD's	60	42	45%
Renovação de Ativos	93	61	53%
Melhoria da Rede	57	39	45
Perdas e Inadimplência	37	18	107%
Outros	77	101	(24%)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	33	-	-
(=) Investimento Bruto	409	294	39%
SUBVENÇÕES	(13)	(19)	(30%)
(=) Investimento Líquido	396	275	44%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(33)	-	-
(=) CAPEX	363	275	32%
Base de Anuidade Regulatória	77	101	(24%)
Base de Remuneração Regulatória	300	194	55%

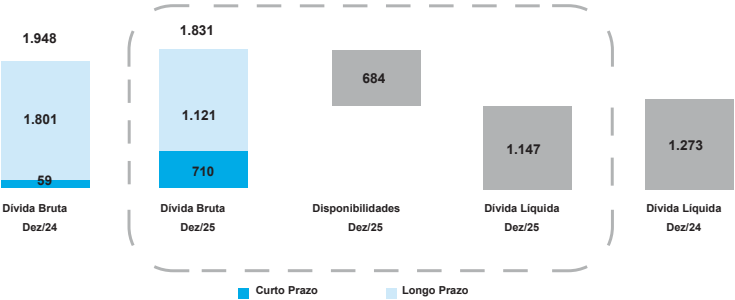
Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a expansão da rede com a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2025, a dívida líquida da Companhia, que considera caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 1.147 milhões (dívida bruta de R\$ 1.831 milhões), apresentando redução de 10% (R\$ 126 milhões) em relação a dezembro de 2024. Quanto à segregação do saldo devedor, a Neoenergia Brasília possui 61% da dívida contabilizada no longo prazo e 39% no curto prazo.

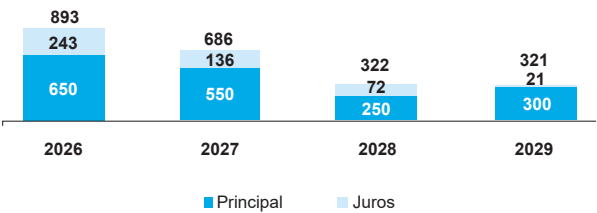
R\$ MM



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2025.

R\$ MM



8. OUTROS TEMAS

8.1. Clientes Baixa Renda

Resolução ANEEL nº 1.000/2021 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212/2010 e pelo Decreto nº 7.583.

		4T25 x 4T24		
Número de Consumidores (milhares)	4T25	4T24	Dif.	%
Convencional	964	950	14	1,5%
Baixa Renda	113	101	12	11,9%
Total	1.076	1.051	25	2,4%

8.2. Práticas de Gestão

8.2.1. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicam a todas as empresas do Grupo, este modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada. O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Brasília reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações da Companhia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social da Companhia. O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências. A estrutura de Governança Corporativa é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria, conforme abaixo:

Conselho de Administração

Integrado atualmente por cinco representantes titulares, sendo um membro independente, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia, podendo ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros. **Diretoria** Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares. Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a

NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A.

confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações.

A certificação financeira ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executados da forma adequada. No caso da certificação não financeira, os executivos atestam anualmente o ambiente de controles existentes para garantir a qualidade e integridade das informações dos indicadores reportados no Relatório de Sustentabilidade.

8.2.2. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Respeito dos Direitos Humanos e uma Política de Gestão Sustentável do Capital Humano e Prevenção do Assédio que orientam suas práticas para prevenir o assédio, promover um ambiente profissional diverso, inclusivo, respeitoso e livre de discriminação. Além de atrair, selecionar, gerir, promover e reter os melhores talentos, fomentar o desenvolvimento e a capacitação contínua das pessoas. Também incentivamos e reconhecemos o mérito e o desempenho com equidade, valorização do capital intelectual e promoção do equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, impulsionando o desenvolvimento, a criatividade, a produtividade e a melhoria das experiências das pessoas.

Em 2025, além dos programas direcionados a talentos e sucessores, continuamos investindo na formação de 100% de nossos líderes e colaboradores, focando no fortalecimento da nossa Cultura e da Centralidade no Cliente, competência estratégica e prioritária para a Neoenergia. Seguimos realizando formações para reciclagem de competências e atualizações obrigatórias para todos os níveis.

Sobre o tema diversidade, em 2025, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se:

- **Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho:** como parte dos nossos processos de Compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio;
- **Conteúdos de diversidade e inclusão:** foram mais de 7 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíram antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBTQI, luta da pessoa com deficiência e outros;
- **Vilarejos Junt+:** rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGBTQIFobia no ambiente de trabalho, maternidade, paternidade, autostima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBTQI, são alguns dos temas tratados;
- **Potencialize:** segunda edição do programa de desenvolvimento exclusivo para pessoas negras, desta vez com 58 participantes;
- **Compromissos públicos:** este ano firmamos parceria com o Fórum de empresas LGBTQI;
- **Programa de acolhimento de colaboradoras em situação de violência contra a mulher:** iniciativa oferece suportes como acompanhamento jurídico, psicológico, financeiro além de outras medidas;
- **Letramento racial e outras diversidades:** Trilha de formação para os times de RH e Marketing contribuindo para o posicionamento estratégico e sustentável da empresa com os públicos internos e externos.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mantivemos a Escola de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia, com foco na participação de mulheres, buscando a equidade de gênero no setor, uma vez que mais de 80% dos formados são contratados pela Neoenergia.

A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPS) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela União Europeia por estimular boas práticas das empresas, foi citada no fórum econômico mundial por possuir prática inovadora que impulsiona o ESG globalmente e foi selecionada pela universidade de Harvard para ser estudado o impacto desse projeto na sociedade e na operação. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 11% do nosso quadro de eletricitistas, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030. Em 2025, a Neoenergia alcançou marcos relevantes em suas iniciativas de voluntariado, refletindo seu compromisso contínuo com a responsabilidade social e os ODS. No ano, foram registradas 4.883 participações, superando as projeções mapeadas na nossa meta ESG de voluntariado, que prevê 3.700 participações em 2025 e 4.700 em 2030.

Algumas ações de 2025 que foram destaques:

- **Inspire Meninas a Sonhar:** Colaboradoras engenheiras ou mulheres formadas em profissões de exatas, receberam na empresa **213 meninas** em idade escolar para conhecer o dia a dia dessas mulheres, rotina, os temas abordados para que elas vejam que é possível atuar em áreas de exatas;
- **Operação Quilo:** Recolheu **44,6** toneladas de alimentos em 2025, distribuídas a **132** instituições filantrópicas, beneficiando **12.386** pessoas;
- **Campanha de doação de roupas:** Arrecadadas **24.281** mil peças, beneficiando **10.046** mil pessoas;
- **Gincana da Solidariedade:** Arrecadou **54.360** mil itens de higiene pessoal.
- **Semana Internacional de Voluntariado:** Iniciativa global promovida pela Iberdrola, registrou **6.122** mil horas de voluntariado no Brasil e **33.086** beneficiados. As ações incluíram mutirão de doações de sangue, esporte solidário, momento cultural com idosos e educação para crianças, entre outros.

Árvore da Solidariedade: Tradicional ação natalina realizada em seis estados, beneficiando **2.198** crianças, jovens e idosos em 2025.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores e órgãos da Administração ao final de 2025, além da remuneração segregada por gênero:

Nº Colaboradores	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres
Liderança	18	44	62	29,0%
Não Liderança	253	565	818	30,9%
Total	271	609	880	30,8%
Órgão da Administração	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres
Diretoria	1	3	4	25,0%
Conselho de Administração	1	4	5	20,0%
Remuneração média anual (R\$)*	Mulheres	Homens		
Liderança		270.632	318.633	
Não Liderança		79.339	94.109	

* considera média anual de remuneração fixa e variável. Não são considerados eletricitistas.

9. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

9.1. ESG

As vésperas da COP30, a Neoenergia lançou o projeto da construção da Usina Solar Noronha Verde, um investimento de R\$ 350 milhões que permitirá a descarbonização da matriz elétrica de Fernando de Noronha. O projeto inclui mais de 30 mil painéis solares e um sistema de baterias de grande capacidade para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. No mesmo evento, a empresa entregou a primeira usina solar flutuante do arquipélago, instalada no Açude do Xaréu, que vai atender 30% do consumo da ilha e evitar 717 toneladas de CO₂ por ano, e reforçando o compromisso da Neoenergia com a aceleração da transição energética e com a adoção de tecnologias de baixo carbono em territórios de alta relevância ambiental.

Durante a COP30, a Neoenergia teve suas metas de redução de emissões validadas pelo SBTi, assumindo compromisso de zerar emissões líquidas até 2039. O reconhecimento reforça o protagonismo da empresa na transição energética e contribui para indicadores vinculados ao financiamento da IFC. As metas aprovadas incluem fortes reduções nos Escopos 1, 2 e 3 - com cortes de até 90% nas emissões indiretas até 2039 — alinhando a Companhia ao Acordo de Paris e à ciência climática.

Outro destaque durante a COP 30, foi a iniciativa da Iberdrola e Neoenergia, que levou jovens do PerifaConnection e Observatório das Baixadas ao evento para discutir oportunidades de emprego na economia verde e como a transição energética pode abrir novas carreiras, além dos desafios para aproveitá-las.

A Neoenergia reforça seu compromisso com a transição energética ao integrar a Coalizão do Setor Elétrico, iniciativa que reuniu empresas e associações para propor medidas voltadas à transição energética e à descarbonização, incluindo recomendações para a COP30 sobre matriz renovável, redução de emissões e investimentos em infraestrutura. A Neoenergia contribuiu com estudos técnicos, apoio ao relatório coordenado pelo CEBDS e PSR, lançado em evento Coalizões Temáticas rumo à COP30, que ocorreu em outubro, em Brasília.

A Companhia também firmou uma parceria com a Honda para desenvolver soluções de hidrogênio verde aplicadas à mobilidade no Brasil. A cooperação será baseada no primeiro posto de abastecimento de hidrogênio verde da Neoenergia, em Brasília, projeto de P&D da Aneel com investimento acima de R\$ 30 milhões. O objetivo é acelerar a descarbonização do setor automotivo e avançar rumo à neutralidade de carbono até 2050, meta compartilhada pelas duas empresas.

Por fim, a Companhia também recebeu um empréstimo de 300 milhões de euros da EIB Global para modernizar e expandir a rede da Neoenergia Coelba. Os recursos serão usados para ampliar ligações, automatizar sistemas e levar energia limpa a mais comunidades, especialmente de baixa renda. O acordo foi celebrado durante a COP30 e está alinhado ao Pacto Ecológico UE–Brasil, à estratégia Global Gateway e às metas climáticas do Acordo de Paris. Segundo o BEI e a Neoenergia, o projeto fortalecerá a infraestrutura elétrica do estado e facilitará o acesso seguro e eficiente às energias renováveis.

A apuração do resultado das metas de ESG de 2025 serão divulgadas no relatório de sustentabilidade.

9.2. Inovação

A inovação é a principal estratégia para garantir nossos avanços em sustentabilidade, eficiência e competitividade, sendo esse um processo descentralizado e aberto que se integra a todos os nossos Negócios. Esse esforço é potencializado pela diversidade dos nossos colaboradores e garantido pela ambedistria organizacional, que permite o equilíbrio entre atividades rotineiras e iniciativas inovadoras. A partir da estratégia *first to market* (primeiro a chegar ao mercado), exploramos tecnologias emergentes, em consonância com os nossos compromissos de sustentabilidade.

Nossos esforços de inovação estão estruturados em cinco eixos principais:

- **Tecnologias Disruptivas** – Foco no desenvolvimento de novos modelos de negócios e soluções mais eficientes e sustentáveis que otimizem as operações.
- **Novos Produtos e Serviços** – Criação de ofertas personalizadas que atendam às necessidades dos clientes.
- **Digitalização e Automação** – Uso de tecnologias como Internet das Coisas (IoT), inteligência artificial e big data (análise e interpretação de grandes volumes de dados) e machine learning (aprendizado de máquina) para integrar e otimizar processos.
- **Inovação Colaborativa** – Parcerias com startups, universidades e fornecedores para o desenvolvimento de novos modelos de negócios e para impulsionar inovações incrementais e disruptivas.
- **Cultura de Inovação** – Fomento a um ambiente que valoriza talentos e práticas inovadoras.

A governança da inovação é reforçada pela plataforma colaborativa Go In, que promove a geração de soluções. Em 2025, a terceira edição do Programa Inovamos resultou em mais de 1.900 ideias, um aumento de 108% em relação a 2024.

Em 2025, destinamos R\$ 468,4 milhões em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), um aumento de 27,5% em relação ao ano anterior. O valor inclui R\$ 168,9 milhões destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e outras regulamentações.

Nos últimos três anos, os projetos regulados pela Aneel envolveram mais de 1,2 mil pesquisadores e cerca de 44 parceiros tecnológicos.

O detalhamento dos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação pode ser encontrado em página de PDI (<https://www.neoenergia.com/pesquisa-desenvolvimento-inovacao>)

9.3. Educação e Cultura

Através do Programa Energizar, seguimos com os cursos focados nos pilares do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): saúde, educação e renda em parceria com a Rede Muda Mundo. No ano, disponibilizamos cursos de saúde física, danças, alfabetização de adultos, reforço escolar, libras, culinária, gastronomia, dentre outros. A novidade em 2025 foi que o programa passou a contar com núcleos de produção nos quais algumas das mulheres formadas nos cursos de renda poderão trabalhar na confecção de seus produtos para venda. Além do espaço, também foi disponibilizado maquinário e capital de giro necessários para iniciar essa produção. Com isso, fortalecemos cada vez mais o empoderamento feminino.

A Neoenergia também atua em diversos projetos com comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, e projetos de educação ambiental nas áreas de atuação de seus negócios de geração, transmissão e distribuição.

Um destaque é o Festival Kizomba integrante do Programa Básico Ambiental Quilombola (PBAQ) da Comunidade Quilombola Sumidouro, localizada na área de concessão do Complexo Eólico Oitis. O festival é uma celebração regional que visa fortalecer a identidade e o patrimônio cultural (música e dança), promovendo a preservação e a continuidade de suas tradições. O festival é patrocinado pela Neoenergia desde 2024 e, desde então, também fortaleceu o relacionamento da comunidade com a Neoenergia. Com o patrocínio, doamos à comunidade sanfonas, instrumentos musicais tradicionais amplamente utilizados nas festividades locais.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

- Programa de Editais Transformando Energia em Cultura, se consolidando como um dos maiores editais de cultura do Brasil, por meio da utilização de leis estaduais e federal, abrangendo Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo/Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Distrito Federal, dirigido para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira.
- 5ª edição do Prêmio Inspirar, que pela primeira vez teve foco exclusivo em lideranças femininas negras. A iniciativa superou os resultados das edições anteriores, alcançando quase 58 mil votos e registrando aumento de 58% nas inscrições. Com sua potência transformadora, o prêmio engajou comunidades e contribuiu para fortalecer vozes que ecoam nos territórios, promovendo impacto social e transformação de realidades. A edição de 2025 foi realizada com recursos da Lei Federal de Incentivo à Cultura.
- Caravana Energia da Cultura que consiste em uma série de encontros presenciais de formação com aplicabilidade prática, com o objetivo de aprimorar técnicas e boas práticas na área da cultura, em Mossoró (RN), Feira de Santana (BA), Brasília (Distrito Federal) e Araras (SP), além de oferecer mentorias online para esses líderes, promovendo o intercâmbio entre gestores socioculturais e a formação de uma rede ativa.
- Conectar Cultura é uma iniciativa realizada por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), a fim de preservar, fortalecer e difundir o patrimônio cultural imaterial do Recôncavo Baiano, contando também com a participação do meio acadêmico.

9.4. Instituto Neoenergia

O Instituto Neoenergia integra o Investimento Social Privado da companhia e promove ações que fomentam a transformação das pessoas e do planeta nas regiões onde a Neoenergia opera seus negócios. Por meio do desenvolvimento de programas e projetos próprios, além do apoio a iniciativas com uso de leis de incentivo, o Instituto contribui com o desenvolvimento sustentável no Brasil, enfrentando desafios relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais. O trabalho é desenvolvido com foco na redução das desigualdades e da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como no combate às mudanças climáticas e na conservação da biodiversidade, por meio de cinco pilares: Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional.

2025 representou um período de crescimento significativo para a organização. O Instituto desenvolveu e apoiou 17 programas e projetos sociais de impacto destacados em seu plano de atuação, com recursos próprios e incentivados. Dentre estes, podemos destacar o Transformando Energia em Cultura, Jogando Juntas e o inédito Ilumina Social, integrados por meio da uma Chamada de Editais bianual. O Instituto apoiou 94 novos projetos realizados com leis de incentivo estaduais e federais e acompanhou 67 iniciativas em execução por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Projeto (NAPs) Cultura, Social e Esporte. Houve o crescimento de 46% em investimento em projetos com recursos incentivados em relação a 2024, utilizando doze leis de incentivo. A ampliação do escopo para contemplar as leis sociais federais e as novas leis de esporte estaduais resultou em um incremento relevante na atuação institucional, possibilitando maior alcance em regiões periféricas e fora dos grandes centros urbanos, promovendo a descentralização de recursos e fortalecendo o compromisso com a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Já com recursos próprios, em 2025 o Pontes para Educação reforçou seu compromisso com a educação pública, alcançando 317 escolas e mais de 78 mil pessoas. Com fóruns, seminários e 375 horas formativas, promoveu práticas inovadoras, protagonismo feminino e interiorização, transformando cada conexão em um propósito compartilhado.

Ainda em 2025, o projeto Flyways Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas, como estuários e lagoas) e seus habitats, na região da Bacia Potiguar/RN, celebrou 10 anos de atuação. Ao longo do ano, foram realizadas 23 ações (workshops, treinamentos e voluntariado), a iniciativa protegeu 8.500 hectares, monitorou 6.056 aves de 18 espécies, incluindo quatro ameaçadas, e adaptou censos para três habitats tradicionais. Além disso, beneficiou 902 pessoas diretamente, conectando saber técnico e tradicional por meio de cartografia social e educação ambiental. O Observatório das Baixadas consolidou-se como referência na produção de conhecimento e inovação social. Com 16 pesquisas publicadas, quatro tecnologias desenvolvidas e presença ativa na COP30, promoveu autonomia, engajamento comunitário e diálogo técnico, conectando ciência, saber ancestral e justiça climática.

Outro marco do Instituto Neoenergia em 2025, foi a oitava edição do Programa de Iluminação Cultural, contemplando o Museu Histórico Lauro da Escóssia em Mossoró (RN) com a realização da ação de educação patrimonial nas escolas municipais e impactando mais de 240 adolescentes, além da intervenção cultural no dia da inauguração da nova iluminação, que destaca os elementos arquitetônicos desse importante patrimônio da cidade. Ao longo de 2025, 37 líderes voluntários da Neoenergia dedicaram um total de 351 horas ao Programa de Aceleração Social Impactó ODS. A participação ativa desses líderes demonstra engajamento com iniciativas que promovem impacto positivo na comunidade e alinhamento com a estratégia de sustentabilidade da companhia.

9.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Neoenergia Brasília tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica conforme determina a legislação específica, em particular a Lei 9.991 de 24 de julho de 2000. O investimento total do PEE, em 2025, foi de R\$ 12,5 milhões.

Entre as ações que merecem destaque estão:

- Execução de projetos com ação em comunidades populares com troca de mais de 54 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais baixa renda.
- Projeto Vale Luz, que troca resíduos sólidos por descontos na conta de energia. Mais de 17 toneladas de resíduos foram recicladas, resultando em quase R\$ 12 mil de desconto na conta de energia elétrica para cerca de 400 consumidores, através da operação de 11 máquinas da Retorne Machine.
- Projetos educativos em escolas públicas, capacitando mais de 1.000 professores e 25.000 alunos da área de concessão da Neoenergia Brasília sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica, além de mais de 4 mil pessoas de público avulso visitando o Percurso da Energia no SESI LAB e unidades móveis educativas em eventos públicos.
- Projetos de eficiênciação em 45 prédios públicos e assistenciais na área de concessão da distribuidora, nos quais foram substituídas mais de 43.000 lâmpadas e instaladas 6 usinas solares fotovoltaicas, totalizando 2,7 MWp
- Projetos de Eficientização de Iluminação Pública no Plano Piloto de Brasília com a substituição de 69 pontos de IP por tecnologia LED.

9.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Quatro temas estratégicos norteiam o Programa de PDI da Neoenergia Brasília: Tecnologias Inteligentes, Eficiência Operacional, Segurança e Sustentabilidade, tendo como objetivo viabilizar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que tragam impactos positivos para os negócios, meio ambiente e para os clientes.

Em 2025, foram investidos R\$ 30,98 milhões no Programa de PDI da Neoenergia Brasília, sendo R\$ 18,63 milhões para projetos de PDI, R\$ 6,96 milhões destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), R\$ 3,17 milhões ao Ministério de Minas e Energia (MME) e R\$ 2,22 milhões destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Seguem alguns destaques do Programa de PDI da Neoenergia Brasília, regulado pela ANEEL, no ano de 2025:

No âmbito de Tecnologias Inteligentes, o Programa de PDI da Neoenergia, investe no desenvolvimento de soluções que melhoram a qualidade do fornecimento de energia, reduzem as perdas e prepara as distribuidoras para enfrentar os desafios relacionados à transição energética, em que se verifica um aumento da inserção dos recursos energéticos

distribuídos, como geração fotovoltaica e veículos elétricos.

Nesse sentido, destacam-se os projetos de desenvolvimento de tecnologia nacional de redes inteligentes, que deram origem à família de produtos GODEL. Este Programa Estruturante inseriu novas soluções tecnológicas aos processos dos negócios das empresas do setor elétrico, tendo como exemplo, o GODEL CONECTA. Esse sistema possibilita que os clientes verifiquem a capacidade do sistema elétrico de média e baixa tensão para conexão da geração distribuída e de novas cargas, indicando de forma imediata a necessidade ou não de obras de reforço na rede. Em 2025 esse produto foi destaque nas vendas para as demais empresas do setor elétrico. Atualmente essa tecnologia está em utilização em 10 distribuidoras do Brasil, além das distribuidoras da Neoenergia. Na vertente da Eficiência Operacional, destacamos os projetos de PDI que aprimoram os serviços de energia elétrica da Neoenergia para atendimento aos clientes. Um grande destaque é o Projeto GODEL PQA-900 que consiste em um equipamento inovador para registro contínuo de parâmetros da qualidade da energia. Além de atender a todos os requisitos dos Procedimentos de Distribuição e normas internacionais, este equipamento se diferencia dos concorrentes por possuir capacidade para registros de formas de onda contínua, sem perda de informação. Assim, as análises técnicas passam a ser mais assertivas e possibilitam o fornecimento de respostas mais completas aos clientes, consumidores e geradores, sobre a qualidade do fornecimento de energia.

Ainda na vertente da Eficiência Operacional, destacam-se os projetos de PDI ANEEL:

- Reator de Núcleo Saturado, que tem como objetivo a regulação dinâmica de tensão em redes de distribuição de energia elétrica de média tensão, para cumprimento dos padrões e fornecimento de energia elétrica, estabelecidos pela Agência Reguladora.
- Melhores Práticas para o Segmento de Distribuição em Face de Eventos Climáticos Extremos, incluindo indicadores de resiliência, ações preventivas, recomendações regulatórias, guia de compartilhamento de equipes e uso de tecnologias para monitoramento climático;
- Torre de Emergência Móvel para reposição emergencial de estruturas em 69kV e/ou 138kV (suspensão e/ou ancoragem) e inclui o desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis.

Na vertente de Segurança, Smart Safety Eye consiste em um sistema com inteligência artificial para a identificação de ações inadequadas pelas equipes de campo.

10. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

As ações da Neoenergia Brasília são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. A seguir, os principais destaques de 2025:

Great Place to Work (GPTW) – A Neoenergia Brasília foi reconhecida pelo Great Place to Work como a 5ª melhor empresa para se trabalhar no Centro-Oeste na categoria médio porte. **ABRADEE** - A Neoenergia Brasília conquistou o Prêmio ABRADEE 2025 na categoria Evolução do Desempenho, reconhecimento que destaca o avanço consistente da distribuidora em indicadores essenciais, como qualidade no fornecimento de energia, eficiência operacional, gestão de equipes, atendimento ao cliente e responsabilidade socioambiental.

11. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2024, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 01/03/2021, com vigência de 60 meses.

Em 2025, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 1.163.558 dos quais R\$ 1.080.281 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras e R\$ 83.287 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

12. BALANÇO SOCIAL

Nosso desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança é relatado anualmente desde 2004. Em 2020, passamos a seguir as normas da Global Reporting Initiative (GRI) e, a partir de 2020, incorporamos os padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e as recomendações do Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Em 2021, incluímos as diretrizes da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD), cujas recomendações foram integradas aos padrões do International Sustainability Standards Board (ISSB) em 2023. Essas normas serão obrigatórias no Brasil para empresas de capital aberto para os relatórios referentes ao ano de 2026, em atendimento à Resolução 193 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Relatório de Sustentabilidade da empresa é divulgado no site da companhia (www.neoenergia.com) e o documento referente ao ano de 2025 será publicado até 30 de abril de 2026.

13. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia Brasília apresenta os resultados do 4T25 e 2025 a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* – IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

	Ano atual		Ano anterior		
Memória de Cálculo	4T25	2025	4T24	2024	Correspondência nas Notas Explicativas (*)
(+) Receita líquida	995	3.692	1.019	3.662	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(1)	(13)	(5)	(13)	Nota 3
(-) Outras receitas**	(31)	(119)	(28)	(114)	Nota 3.3
(+) Outras receitas - Outras	-	(1)	(1)	-	Nota 3.3
= RECEITA Operacional Líquida	963	3.559	985	3.535	
(+) Custos com energia elétrica	(666)	(2.543)	(681)	(2.591)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(122)	(382)	(116)	(276)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(788)	(2.925)	(797)	(2.867)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	1	13	5	13	Nota 3
= MARGEM BRUTA	176	647	193	681	
(+) Custos de operação	(101)	(367)	(99)	(344)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(4)	(14)	(2)	(9)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(32)	(114)	(39)	(136)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	52	201	50	176	Nota 6
(+) Outras receitas**	31	119	28	114	Nota 3.3
(+) Outras receitas - Outras	-	1	1	-	Nota 3.3
= Despesa Operacional (PMSO)	(54)	(174)	(61)	(199)	
(+) PCE	(13)	(48)	(17)	(48)	Demonstrações de resultado
EBITDA	109	425	115	434	
(+) Depreciação e Amortização	(52)	(201)	(50)	(176)	
(+) Resultado Financeiro	(63)	(273)	(68)	(244)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(3)	15	(1)	(14)	Demonstrações de resultado
PREJUÍZO LÍQUIDO	(9)	(34)	(4)	-	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

(**) Exceto compensações regulatórias.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Distribuição Brasília S.A. ("Neoenergia Brasília" e/ou "Companhia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Brasília e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Brasília.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e ponto de vista da Companhia até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Brasília sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2025	2024
Receita operacional, líquida	3	3.692	3.662
Custos	4	(3.292)	(3.211)
Custos com energia elétrica	5	(2.543)	(2.591)
Custos de construção	5	(382)	(276)
Custos de operação	6	(367)	(344)
Lucro bruto		400	451
Perdas de créditos esperadas	10.2	(48)	(48)
Despesas com vendas	6	(14)	(9)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(114)	(136)
Lucro operacional		224	258
Resultado financeiro	7	(273)	(244)
Receitas financeiras		89	85
Despesas financeiras		(272)	(264)
Outros resultados financeiros, líquidos		(90)	(65)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		(49)	14
Tributos sobre o lucro	8.1.1	15	(14)
Corrente		13	(6)
Diferido		2	(8)
Prejuízo do exercício		(34)	-
Prejuízo básico e diluído por ação – R\$ Ordinária	19.2 (a)	(0,04)	(0,00)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhões de reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(34)	-
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios à empregados	1	-
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	1	-
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	29	(11)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(10)	4
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	19	(7)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	20	(7)
Resultado abrangente do exercício	(14)	(7)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhões de reais)

	Reservas de Lucros					
	Capital Social	Reserva de capital	Outros resulta- dos abrangentes	Reserva legal	Reserva de reten- ção de lucros	Prejuízos acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2024	797	1.436	(68)	40	419	-
Aumento de capital	1.148	-	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(34)
Outros resultados abrangentes	-	-	20	-	-	20
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	(419)	-
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	(34)	-	34
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.945	1.436	(48)	6	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	797	1.436	(61)	40	419	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	(7)	-	-	(7)
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	797	1.436	(68)	40	419	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Neoenergia Distribuição Brasília S.A. – NEOENERGIA BRASÍLIA (Companhia), concess- ionária de serviço público de energia elétrica com sede em Brasília – Distrito Federal – Brasil, é sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Neoenergia S.A. (NEOE- NERGIA), não tendo ações listadas em Bolsa, já suas Debêntures são negociadas através da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Distrito Federal, abrangendo uma área de concessão de 5.780 km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão de Distribuição n° 66/1999 com vencimento em 2045. 1.1 Gestão de riscos: As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos de Distribuição de Ener- gia Elétrica, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto à Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores da Companhia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abran- gem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das es- truturas de Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. 1.1.1. Riscos financeiros e mercado: As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram a Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avar- liar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; e • A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de hedge, assim como não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ ou ‘alavan- cados’. A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas pos- síveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhões de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(34)	-
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	205	180
Baixa de ativos não circulantes	5	19
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	(15)	14
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	273	244
Valor de reposição estimado da concessão (nota 3)	(13)	(13)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(24)	55
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	13	(7)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(3)	(1)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	(218)	102
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(24)	(37)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(25)	(6)
Outros ativos e passivos, líquidos	(2)	(7)
Caixa gerado nas operações	138	543
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(169)	(169)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos (nota 15.3 (b))	(90)	(60)
Renda de aplicações financeiras (nota 7)	67	59
Juros pagos - Arrendamentos	(6)	(5)
Tributos sobre o lucro pagos	(2)	-
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(62)	368
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(403)	(290)
Resgate de títulos e valores mobiliários	3	-
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(400)	(290)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	-	400
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	-	(1)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(105)	(200)
Obrigações especiais	18	26
Pagamento de principal - Arrendamentos	(7)	(4)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos (nota 15.3 (b))	5	-
Remuneração paga aos acionistas (nota 19.2 (b))	(586)	-
Aumento de capital	1.149	-
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	474	221
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	12	299
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	671	372
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	683	671
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	6	4
Arrendamentos capitalizados	4	5

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	683	671
Contas a receber de clientes e outros	10	982	925
Títulos e valores mobiliários		1	1
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	-	6
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	34	26
Outros tributos a recuperar	8.2.1	28	29
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	81	-
Outros ativos circulantes		159	147
Total do circulante		1.968	1.805
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	35	40
Títulos e valores mobiliários		-	3
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	6	46
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	3	-
Outros tributos a recuperar	8.2.1	39	24
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	664	672
Depósitos judiciais	16.1 (c)	32	28
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	394	325
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	346	219
Direito de uso		30	34
Intangível	13	3.010	3.005
Total do não circulante		4.559	4.396
Total do ativo		6.527	6.201
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	14	379	364
Empréstimos e financiamentos	15.2	690	147
Passivo de arrendamento		9	8
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	20	7
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	40	38
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	-	74
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	165	162
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2 (b)	-	167
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	16	12
Outros passivos circulantes	17	144	116
Total do circulante		1.463	1.095
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	14	20	17
Empréstimos e financiamentos	15.2	1.100	1.846
Passivo de arrendamento		29	34
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	27	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	26	32
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	132	150
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	34	35
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	306	323
Outros passivos não circulantes	17	51	45
Total do não circulante		1.725	2.482
Patrimônio líquido		3.339	2.624
Total do passivo e do patrimônio líquido		6.527	6.201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhões de reais)

	2025	2024
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	5.944	5.802
Outras receitas (*)	31	36
Perdas de créditos esperadas	(48)	(48)
Subtotal	5.927	5.792
Insunhos adquiridos de terceiros		
Custos de produtos, mercadorias e serviços vendidos (*)	(2.790)	(2.845)
Materiais, serviços de terceiros e outros (*)	(500)	(418)
Baixa de ativos não circulantes, líquidos	(18)	(19)
Subtotal	(3.308)	(3.282)
Valor adicionado bruto	2.619	2.510
Depreciação e amortização (*)	(205)	(180)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.414	2.330
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (*)	356	399
Subtotal	356	399
Valor adicionado total a distribuir	2.770	2.729
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações direta	107	104
Benefícios	38	45
FGTS	7	7
Subtotal	152	156
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.063	936
Estaduais	953	992
Municipais	9	7
Subtotal	2.025	1.935
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	627	638
Subtotal	627	638
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	(34)	-
Subtotal	(34)	-
Valor adicionado distribuído	2.770	2.729

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recur- sos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15), além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assu- midos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos ins- trumentos derivativos (nota 15). Risco de solvência: O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimen- to antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez. 1.1.2. Gestão de risco de crédito: O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou ‘não performance’ de contrapartes. Risco de crédito de contrapartes comerciais: O risco da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores fatura- dos de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de ener- gia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Com- panhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (rating). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agên- cias de rating. O prazo a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody’s, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A.

<i>Ratings de longo prazo em escala nacional</i>	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	-	AAA
Banco do Nordeste	AA	AAA	AAA
Banco Pine	A	A+	-
Bank of America	-	-	AAA
BNDES	AAA	AAA	AAA
BNP Paribas	-	-	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
BRB Banco de Brasília	BBB-	BBB-	CCC
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AAA
Citibank	-	-	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
HSBC	-	AAA	-
Itaú	AAA	-	AAA
JP Morgan	-	AAA	-
Mitsubishi UFJ (1)	A	A	A
Morgan Stanley	-	AAA	-
Safra	AAA	-	-
Santander	AAA	AAA	-
Scotiabank	AAA	-	-
Sumitomo Mitsui	-	AAA	AAA
Votorantim	AA+	-	AAA

(1) Mitsubishi Bank - MUFG possui *rating* somente em escala global.

1.1.3. Risco regulatório: Ambiente regulatório: A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da Agência, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida. **Equilíbrio econômico-financeiro das concessões:** Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária. Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato. Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior. Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (Revisão Tarifária Extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária). O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de *Price Cap* (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, destacando a eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras. A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na definição e aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas. **Indicadores de sustentabilidade econômica e financeira:** A Companhia deve preservar, seja por previsão específica em seu Contrato de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência desde 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos. Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência ou descumprimento de metas específicas, abertura do processo administrativo punitivo voltado à aplicação da caducidade da concessão. Em relação aos indicadores referentes ao ano de 2023, a análise realizada pela Superintendência de Fiscalização Econômica, Financeira e de Mercado - SFF da ANEEL apresentou indicação de descumprimento dos indicadores de sustentabilidade econômico-financeira da Distribuidora. Tanto a Abradee como a Neoenergia Brasília apresentaram requerimentos com vistas a aperfeiçoamentos no processo de análise da sustentabilidade econômico-financeira referente ao ano civil de 2023, bem como no sentido de afastar fatos não recorrentes ocorridos naquele ano, o que se aceito levaria à apuração de cumprimento de tais indicadores pela Companhia. Ao final do processo administrativo, a ANEEL decidiu, em 11 de novembro de 2025, no 4º Circuito Deliberativo Público Ordinário da Diretoria de 2025, manter a necessidade do aporte de capital como alternativa ao descumprimento do critério de eficiência com relação à gestão econômico-financeira para o ano de 2023. Assim, a Neoenergia S.A. efetuou o aporte de capital necessário em 13 de novembro de 2025, no valor de R\$ 1.147.889.247,42, conforme aprovado na AGE que integrou o capital social da Companhia. Desta forma, a Neoenergia Brasília encontra-se adimplente em relação ao cumprimento dos indicadores de sustentabilidade econômico-financeira de 2023. Os indicadores de sustentabilidade são apurados a partir dos dados econômico-financeiros referenciados da Contabilidade Regulatória, disponíveis para avaliação. Até o momento, a Companhia vem cumprindo todos os indicadores relevantes. **Indicadores de continuidade do fornecimento:** A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DEC - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, o regulador pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, em caso de descumprimento do indicador no primeiro ano, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, em caso de descumprimento por dois anos consecutivos ou por três anos dentro dos últimos cinco anos de apuração. Em caso de reincidência, o regulador também pode abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. **1.1.4. Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir.

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Terrorismo	01/06/2025 a 01/06/2026	R\$ 627
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 44
Veículos - Executivo	31/05/2024 a 31/05/2026	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 891
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	R\$ 1
Transporte	08/10/2024 a 08/10/2026	R\$ 2
D&O	23/08/2025 a 23/08/2026	R\$ 150
Cibersegurança	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 32

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 11 de fevereiro de 2026. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4 Uso de estimativas e**

julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
	Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados
3.1	Tributos sobre o lucro diferidos
8.1	Perdas de créditos esperadas
10.2	Ativos e passivos financeiros setoriais
11	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
12	Instrumentos financeiros derivativos
15.3	Provisão para processos judiciais
16.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/OCPC 10: Créditos de Carbono (ICO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Créditos de Descarbonização (CBOI)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (ICO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBOI) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A Companhia não identificou impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes; e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG). A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras		01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas demonstrações financeiras. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
Fornecimento de energia (nota 3.1)	2.562	2.865
Disponibilidade da rede elétrica (1)	2.686	2.591
Construção de infraestrutura da concessão (nota 5)	382	276
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	138	160
Mecanismo de Venda Excedente - MVE	-	16
Valor de reposição estimado da concessão (2)	13	13
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	53	(233)
Outras receitas (nota 3.3)	110	114
Receita operacional bruta	5.944	5.802
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(2.252)	(2.140)
Receita operacional, líquida	3.692	3.662

(1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores cativos R\$ 2.234 (R\$ 2.239 em 31 de dezembro de 2024) e livres R\$ 452 (R\$ 352 em 31 de dezembro de 2024); e (2) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2025: A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou no dia 14 de outubro de 2025, o Reajuste Tarifário Anual da Neoenergia Distribuição Brasília, com vigência a partir de 22 de outubro de 2025, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.542/2025. O reajuste tarifário da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de 11,65%, sendo que para os consumidores da alta tensão o reajuste ficou em 13,82%, enquanto para os da baixa tensão ficou em 10,88%. Os fatores que mais impactaram no reajuste foram os componentes financeiros e os encargos setoriais. A variação da Parcela A foi de 9,79%, totalizando R\$ 3.190, impactada pelos aumentos de 27,43% nos encargos setoriais, 7,80% nos custos com transmissão, pelo aumento de 1,03% nos custos de compra de energia e de 15,52% no custo relacionado a receita irrecuperável. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 288,82/MWh. Já a variação da Parcela B, foi de 8,34% (R\$ 721), reflexo da inflação acumulada (IPCA) desde o último reajuste, de 5,24%, deduzida do Fator X, de -1,59%.

3.1 Fornecimento de energia elétrica:

	GWh (*)		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Residencial	2.597	2.582	2.473	2.417
Comercial	1.139	1.353	1.184	1.342
Industrial	16	33	16	32
Rural	116	127	107	114
Poder público	546	590	539	577
Iluminação pública	247	312	143	175
Serviços públicos	132	300	129	251
Consumo próprio	5	5	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	24	(4)
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-	(2.226)	(2.231)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	173	192
Total	4.798	5.302	2.562	2.865

(*) Não auditado.

(1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 22 de outubro de 2025, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.542/2025; e (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 52 (R\$ 38 em 31 de dezembro de 2024) referentes à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 99 (R\$ 52 em 31 de dezembro de 2024) referentes à subvenção CDE; (iii) R\$ 18 (R\$ 80 em 31 de dezembro de 2024) referente à subvenção CCRBT; e (iv) R\$ 4 (R\$ 23 em 31 de dezembro de 2024) referente à subvenção modicidade Eletrobras.

3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais:

	2025	2024
CVA e neutralidade		
Energia (1)	243	131
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	(32)	4
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (3)	96	4
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (4)	2	(33)
Neutralidade de encargos setoriais (5)	72	(19)
PROINFA	14	4
	395	83

	2025	2024
Componentes financeiros e subsídios		
Repasse de sobrecontratação (6)	(195)	(184)
Risco hidrológico	8	(7)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	8	(8)
Diferimento de reajuste (7)	(162)	(135)
Crédito consumidor reversão para modicidade	(3)	-
Modicidade Eletrobras (8)	14	(3)
Arrecadação de encargos CDE	1	(6)
MMGD s/ Perdas Não Técnicas (9)	(7)	7
RTE Covid (nota 11)	-	11
Outros	(6)	9
	(342)	(316)
	53	(233)

Total

(1) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber neste período, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2024 e 2025; (2) CVA passiva, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2024 e 2025; (3) CVA ativa, em função dos valores de quotas mensais das Contas de Desenvolvimento Energético – CDE, relativas às competências de janeiro a dezembro de 2025, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em um efeito de recebimento na tarifa; (4) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função da REH nº 3.482/2025, com vigência a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, que estabeleceu os reajustes das tarifas de uso do sistema de transmissão, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário da Companhia em 2024 e 2025; (5) CVA ativa referente ao Componente Financeiro previsto no submódulo 4.4A do PRORET, calculado conforme mercado faturado e os valores contemplados no reajuste tarifário de 2024 e 2025; (6) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a menor entre os períodos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários; (7) Referente à reversão, no ciclo 2024/2025, dos valores considerados no processo tarifário de 2024, em função do diferimento associado aos pagamentos referentes à potência contratada de Itaipu, nos termos do Decreto nº 10.665/2021; (8) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021, e os Despachos ANEEL nº 1.239/2024 e nº 1.536/2025, e a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário de 2024 e 2025, sendo contabilizado pela Companhia o ativo de R\$ 14 em 31 de dezembro de 2025; e (9) Constituição de componente financeiro referente aos efeitos de Micro e Minigeração Distribuída sobre Perdas Não Técnicas, definidos na Consulta Pública nº 9 de 2024.

3.3 Outras receitas:

	2025	2024
Arrendamentos e aluguéis	107	104
Comissão serviços de terceiros	10	9
Renda da prestação de serviços	1	1
Serviço taxado	2	2
(-) Compensação regulatória (1)	(9)	(2)
Outras receitas	(1)	-
Total	110	114

(1) Compensação regulatória, em decorrência da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021, que prevê a compensação em casos de atraso no atendimento das solicitações de serviços ou suspensão indevida.

3.4 Deduções de receita bruta:

	2025	2024
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(950)	(989)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(431)	(416)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(7)	(5)
	(1.388)	(1.410)

Encargos setoriais

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(760)	(682)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(16)	(16)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(69)	(12)
Outros encargos (1)	(19)	(20)
	(864)	(730)
	(2.252)	(2.140)

Total

(1) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE.

3.5 Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido ao cliente e pode ser mensurada de forma confiável, o que geralmente ocorre no momento da entrega do produto ou da prestação do serviço. A mensuração é realizada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, considerando estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada conforme o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia consumida pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia comercializa energia elétrica em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cuja negociação é direta entre as partes por meio de contratos bilaterais, com preços e condições livremente pactuados; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há comercialização para agentes distribuidores, conforme regras regulatórias aplicáveis. A receita de disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cativos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação tem como característica o vínculo com a TUSD, conforme definido pelo Poder Concedente. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, geralmente refletindo o percentual de obra completada para o qual existe baixa probabilidade de reversão do valor devido pelo cliente, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo são reconhecidos no momento da transação, sendo o preço vinculado ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão. Dessa forma, a margem de obrigação de desempenho é zero (0%). Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scaling Factor* (GSF) de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh (*)		R\$	
	2025	2024	2025	2024

Compra para revenda

Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (1)	2.335	3.158	(568)	(736)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)	-	-	(284)	(167)
Energia curto prazo - PLD e MRE (3)	-	-	(1)	7
Contratos por cotas de garantia física (4)	928	1.099	(182)	(193)
Energia adquirida contrato bilateral (5)	1.935	1.939	(763)	(731)
Energia Itaipu (6)	1.171	1.205	(265)	(275)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	237	239	(74)	(83)
Energia MMGD (7)	163	76	(33)	(21)
Outros	116	119	(69)	(57)
Subtotal	6.885	7.835	(2.239)	(2.256)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	196	203
Total	6.885	7.835	(2.043)	(2.053)

Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão

Encargos de rede básica	(376)	(382)
Encargos de transporte Itaipu	(41)	(44)
Encargos de conexão	(25)	(17)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (8)	25	(24)
Encargo de Energia de Reserva - EER (9)	(125)	(122)
Outros encargos	(9)	-
Subtotal	(551)	(589)
Créditos de PIS e COFINS	51	51
Total	(500)	(538)
Total dos custos com energia elétrica	(2.543)	(2.591)

(*) Não auditado.

PLD - Preço de Liquidação de Diferenças. MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A.

(1) A variação é decorrente da redução de contratos, devido a participação no MCSD EN (cedendo energia); (2) A variação é decorrente do aumento do PLD médio do SE de 2025 (223,43 R\$/MWh), comparado com o mesmo período de 2024 (127,86 R\$/MWh), impactando no risco hidrológico e custos com disponibilidade (condomínio virtual); (3) Redução decorrente de ajustes financeiros de recontabilizações de meses anteriores; (4) A redução é decorrente da descoltização da Eletrobras, conforme PRT nº 544/GM/MME, de 30 de agosto de 2021, além disto teve redução no Fator de Cotas de 2025 (REH nº 3.150, de 09 de dezembro de 2022) em relação a 2024; (5) A variação é decorrente de reajustes das tarifas (R\$/MWh) dos geradores, a partir de 01 de abril de 2025 e a partir 22 de outubro de 2024 (contratos que são concatenados com o reajuste da distribuidora); (6) Redução da demanda (DSP nº 3.836, de 19 de dezembro de 2024) e da Tarifa US\$/kW (DSP nº 3.625/2024, de 17 de dezembro de 2024); (7) Corresponde ao saldo acumulado de energia injetada e ainda não compensada, pertencente aos clientes possuidores de usinas de geração fotovoltaica; (8) Redução do custo com ESS Brasil devido as contabilizações dos meses de março e abril/2025, em que a CCEE apontou a existência de um excedente financeiro no setor elétrico. Esse saldo positivo foi gerado, principalmente, pela diferença do PLD entre os submercados, o que possibilitou o alívio financeiro para os agentes com perfil consumo (distribuidoras). O excedente contribuiu para mitigar exposições financeiras negativas e encargos nos referidos meses. Além disso, permitiu a cobertura integral do alívio retroativo. O valor total do crédito referente a esse alívio foi de aproximadamente R\$ 1.483 distribuído proporcionalmente entre os agentes com base no consumo de cada um; e (9) Aumento no custo de Encargo de Energia de Reserva devido a variação da premissa Brasil do EER.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2025	2024
Pessoal	(34)	(25)
Material	(247)	(121)
Serviços de terceiros	(132)	(145)
Juros sobre obras em andamento	(6)	(4)
Outros	19	5
Obrigações especiais	18	14
Total	(382)	(276)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2025		
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(79)	(12)	(45)
Administradores	-	-	(4)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(107)	(2)	(45)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(168)	-	(33)
Provisão para processos judiciais	-	-	5
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(2)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(13)	-	10
Total	(367)	(14)	(495)

	2024		
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(83)	(7)	(55)
Administradores	-	-	(4)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(100)	(2)	(44)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(148)	-	(28)
Provisão para processos judiciais	-	-	(5)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(2)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(13)	-	2
Total	(344)	(9)	(489)

6.1. Pessoal e benefícios a empregados:

	2025	2024
Remunerações	(71)	(69)
Encargos sociais	(32)	(29)
Auxílio alimentação	(21)	(20)
Convênio assistencial e outros benefícios (1)	(2)	(9)
Provisão para férias e 13º salário	(15)	(17)
Plano de saúde	(15)	(16)
Participação nos resultados	(9)	(13)
(-) Transferências para ordens (2)	38	31
Outros	(9)	(3)
Total	(136)	(145)

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios; e (2) Transferência do custo de mão de obra própria para projetos.

6.2. Serviços de terceiros:

	2025	2024
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	(26)	(25)
Agente arrecadador e credenciado	(6)	(6)
Corte, ligação e religação	(8)	(8)
Atendimento e teleatendimento	(17)	(20)
Serviços técnicos e manutenções	(41)	(39)
Poda de árvore e limpeza faixa	(2)	(1)
Cobrança adm. e negativingação	(2)	(2)
Tecnologia da informação	(23)	(24)
Serviços jurídicos	(2)	-
Consultoria e auditoria	(3)	(3)
Comunicação	(1)	(1)
Encerramento de ordem – Custo serviço prestado	(5)	(3)
Vigilância	(3)	(2)
Outros serviços	(17)	(14)
Subtotal	(156)	(148)
Crédito PIS/COFINS	2	2
Total	(154)	(146)

6.3. Depreciação e amortização:

	2025	2024
Quota de depreciação e amortização	(205)	(180)
Subtotal	(205)	(180)
Crédito PIS/COFINS	4	4
Total	(201)	(176)

6.4. Outras receitas e despesas, líquidas:

	2025	2024
Seguros	(2)	(2)
Recuperação de despesa	20	5
Órgãos de classe do Setor Elétrico	(2)	(5)
Propaganda e publicidade	(3)	(4)
Multa por inadimplência/contratual	22	22
Perdas/alienação/desativação	(9)	(5)
Indenização danos elétricos	(3)	(1)
Material	(19)	(15)
Outros	(7)	(6)
Total	(3)	(11)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	67	59
(-) Tributos sobre receita financeira	(8)	(9)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	28	34
Atualização de depósitos judiciais	2	1
89	85	
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(178)	(155)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(5)	(3)
Atualização do passivo financeiro setorial	(46)	(49)
Atualização de provisões para processos judiciais	(9)	(16)
Outras despesas financeiras	(34)	(41)
(272)	(264)	

Outros resultados financeiros, líquidos

Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2)	(75)	(279)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2)	182	84
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (2)	(269)	(88)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (2)	69	219
Perdas com variações cambiais e monetárias	(5)	(3)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	8	2
(90)	(65)	

Resultado financeiro, líquido

(1) Inclui os encargos incorridos sobre as operações de empréstimos, financiamentos e

debêntures e foi impactada pelo aumento do custo médio da dívida; (2) Redução cambial em comparação aos doze meses do ano passado, período que houve aumento cambial, gerando receita nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, consequentemente despesa nos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

8.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Tributos sobre o lucro	(49)	14
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:	17	(5)
Excesso de previdência privada	3	-
Outras adições (reversões) permanentes	(5)	(9)
Tributos sobre o lucro	15	(14)
Alíquota efetiva	31%	100%
Corrente	13	(6)
Diferido	2	(8)

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2025	2024
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	360	236
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL) (*)	194	204
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	17	17
Provisão para processos judiciais	39	43
Perdas de créditos esperadas - contas a receber	62	48
Arrendamentos capitalizados	2	2
Amortização de ágio	19	20
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	3	4
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(42)	(37)
Valor justo de instrumentos financeiros	8	18
Outros	2	117
Total ativo não circulante	664	672

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2024	672	-
Efeitos reconhecidos no resultado	7	(5)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(10)	-
Transferências entre ativos e passivos	(5)	5
Saldo em 31 de dezembro de 2025	664	-

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	676	-
Efeitos reconhecidos no resultado	(8)	-
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	4	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	672	-

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções fundamentadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2025, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos está apresentada como segue:

	2029	2030	Entre 2031 e 2035	Entre 2036 e 2040	Entre 2041 em diante
	7	19	239	392	7

8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar:

	2025	2024
IRPJ	31	22
CSLL	6	4
Total ativo circulante	37	26

Circulante	34	26
Não circulante	3	-

8.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o montante de R\$ 0,1 (R\$ 0,1 em 31 de dezembro de 2024), reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas registradas no passivo não circulante. Em 2025 a Companhia constituiu créditos tributários referentes à atualização monetária de débitos fiscais, em decorrência de mudança na interpretação de fatos e circunstâncias jurídico-tributárias. Essa alteração resultou no reconhecimento de créditos tributários no montante atualizado de R\$ 3. O procedimento adotado pela Companhia encontra respaldo em decisões proferidas pelos tribunais superiores. A Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende que é provável que o tratamento tributário seja aceito pelas autoridades competentes. Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o montante de R\$ 1 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2024), referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário. A principal natureza está relacionada a não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios da CSLL, no montante de R\$ 1 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2024).

8.1.5 Benefício fiscal – Goodwill e PMIPL: O benefício fiscal do *Goodwill* incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização do *Goodwill* afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL, cujos saldos são como segue:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	204	214
Amortização	(29)	(29)
Reversão	19	19
Saldo final do exercício	194	204

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. O *Goodwill* está sendo amortizado mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme impactos monetários abaixo:

	2028	2029	Entre 2030 e 2034	Entre 2035 e 2039	Entre 2040 em diante
	7	13	339	252	53

8.1.6 Política contábil material e julgamentos críticos: a) **Política contábil material:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como os prejuízos fiscais apurados. Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. O benefício fiscal decorrente de Mais-valia e ágio (*Goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; e (ii) premissas externas sobre os cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômicos, comerciais e tributários, e estão sujeitos a alterações. A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8.2. Outros tributos: 8.2.1 Outros tributos a recuperar:

	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e outros	67	53
Total	67	53
Circulante	28	29
Não circulante	39	24

8.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher:

	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	97	90
Programa de Integração Social - PIS	3	2
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	15	11
Impostos e contribuições retidos na fonte	4	5
Outros	5	3
Outros tributos a recolher	124	111
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	23	33
Programa de Eficiência Energética - PEE	20	19
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	10	23
Bandeira Tarifária	7	-
Outros	7	8
Encargos setoriais	67	83
Total	191	194
Circulante	165	162
Não circulante	26	32

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	30	32
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	422	108
Fundos de Investimento	231	531
Total	683	671

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é de 99,88% (99,91% em 31 de dezembro de 2024) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2025	2024
Carteira Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	223	531
CDB	8	-
Total	231	531

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025			2024		
	Receível	Perda de créditos esperada	Contas a receber, das líquidas	Receível	Perda de créditos esperada	Contas a receber, das líquidas
Fornecimento de energia (nota 10.1)	1.055	(176)	879	995	(131)	864
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	-	17	-	17
Disponibilidade da rede elétrica	93	(1)	92	63	-	63
Subvenções e subsídios governamentais	24	-	24	10	-	10
Outros recebíveis	31	(9)	22	23	(12)	11
Total	1.203	(186)	1.017	1.108	(143)	965
Ativo circulante			982			925
Ativo não circulante			35			40

Operações de desconto de recebíveis (sem coobrigação): Com o propósito de fortalecer a liquidez financeira, a Companhia realizou alienação para instituições financeiras de alguns títulos creditórios (recebíveis), e sem obrigação de regresso em caso de inadimplência financeiro ou operacional do cliente original. A Companhia é o agente de cobrança e coletor do fluxo de caixa dos recebíveis alienados, mas não possui qualquer responsabilidade nas alterações creditícias dos recebíveis, incluindo renegociações entre o cliente e a instituição financeira. Durante os exercícios de 2025 e 2024, os recebíveis alienados e integralmente baixados representam um deslocamento positivo de caixa, na média, de 45 dias. O valor dos recebíveis alienados e respectivo fluxo de caixa recebidos das instituições financeiras estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Subvenções e subsídios governamentais	58	7
Valor de face antes da alienação	58	7
Fluxo de caixa recebido pela alienação	57	7
Deságio nominal praticado	1,68%	1,07%
Taxa equivalente prefixado	15,1% a.a.	12,9% a.a.

O efeito do deságio é reconhecido no resultado financeiro na linha de outras despesas financeiras, no momento da alienação. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia na função de agente de cobrança monitorava os valores a serem coletados e repassados para as instituições financeiras nos montantes de R\$ 34 e R\$ 7, respectivamente.

10.1 Fornecimento de energia: A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2025	2024
	Perdas de créditos esperadas	Perdas de créditos esperadas
Receível	Receível	Receível
Residencial	433	392
Comercial	260	253
Industrial	12	18
Rural	36	33
Poder público	52	57
Iluminação pública	12	19
Serviço público	16	12
Não faturado	234	211
Total	1.055	995

O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2025	2024
	Perdas de créditos esperadas	Perdas de créditos esperadas
Receível	Receível	Receível
A vencer	647	594
Saldos vencidos:	408	401
Entre 1 e 90 dias	152	184
Entre 91 e 180 dias	32	30
Entre 181 e 360 dias	47	54
Acima de 360 dias	177	133
Total	1.055	995

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	(143)	(115)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(48)	(56)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	5	28
Saldo final do exercício	(186)	(143)

10.3 Política contábil material e julgamentos críticos: a) **Política contábil material:** O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	2025		2024	
	Obrigações	Efeito líquido	Obrigações	Efeito líquido
CVA e neutralidade				
Energia (nota 3.2)	207	-	207	(95)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (nota 3.2)	1	(3)	(2)	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (nota 3.2)	104	-	104	(18)
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST (nota 3.2)	36	-	36	(2)
Neutralidade de encargos setoriais (nota 3.2)	65	(17)	48	(68)
Outros	10	-	10	(4)
Componentes financeiros e subsídios				
Repassse de sobrecontratação (1)	68	(486)	(418)	270
Risco hidroológico	-	(169)	(169)	-
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	-	(31)	(31)	-
Diferimento de reajuste (nota 3.2)	-	-	-	171
Crédito Consumidor Reversão para modicidade	-	(7)	(7)	-
CDE Modicidade Eletrobras (nota 3.2)	-	(7)	(7)	-
MGMD s/ Perdas Não Técnicas (nota 3.2)	-	-	-	7
RTE Covid (2)	11	-	11	-
Outros	8	(15)	(7)	39
Total	510	(735)	(225)	621
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	359	(179)	180	525
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	151	(556)	(405)	96
Total	510	(735)	(225)	621
Ativo circulante		81		-
Passivo circulante				(74)
Passivo não circulante			(306)	(323)

(1) Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou um passivo de R\$ 418, decorrente da redução da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários; e (2) CVA Ativa decorrente da constituição de componente financeiro referente ao Reajuste Tarifário Extraordinário – RTE, devido a Pandemia de Covid-19 nos termos do Submódulo 2.10 do PRORET, definidos na Consulta Pública nº 37 de 2024. A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direito	Obrigações	Efeito líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2024	621	(1.018)	(397)
Constituição (1)	551	(280)	271
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	(555)	337	(218)
Atualização monetária	39	(85)	(46)
Transferências (3)	(146)	311	165
Saldo em 31 de dezembro de 2025	510	(735)	(225)

Saldo em 31 de dezembro de 2023	491	(739)	(248)
Constituição	625	(626)	(1)
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(593)	362	(231)
Atualização monetária	72	(121)	(49)
Transferências	26	106	132
Saldo em 31 de dezembro de 2024	621	(1.018)	(397)

(1) Em 2025, a Companhia constituiu o saldo no montante de R\$ 271, com destaque para a CVA de sobrecontratação, em função da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários; (2) Em 2025, a Companhia amortizou o montante de R\$ (218), decorrente dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2024 e 2025; e (3) O efeito refere-se ao Diferimento Itaipu, conforme Decreto nº 10.665/2021.

11.1 Política contábil material e julgamentos críticos: a) **Política contábil material:** Os ativos e passivos financeiros setoriais são originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela A), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo poder concedente. Os direitos e obrigações originados por consumidores detentores de microgeração ou minigeração distribuída, que injetam energia na rede, excedem a quantidade necessária para abater o próprio consumo naquele período equivalente a um crédito de energia, que é reconhecido como um passivo a restituir aos consumidores durante o prazo máximo de 60 meses, findo o qual o montante não compensado deverá ser revertido para a modicidade tarifária. O efeito da energia injetada na apuração das Perdas Não Técnicas (PNT) é calculado e contabilizado como um ativo regulatório. A diferença em relação ao montante do ativo e passivo a restituir é reconhecido como custo de energia. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente dos direitos e obrigações será liquidado no próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão, eventuais saldos não recuperados ou não repassados serão incluídos na base de indenização prevista para o encerramento da concessão, por qualquer motivo. A Companhia, com suporte de assessores econômicos e regulatórios, revisa anualmente as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente. Os direitos e obrigações relacionados à microgeração ou minigeração distribuída são determinados com base no preço médio de compra da energia no período de injeção na rede elétrica.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12.1 Ativo financeiro: O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6 (i)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	325	269
Baixas	-	(3)
Transferência ativo contratual (1)	57	49
Transferência ativo intangível	(1)	(3)
Ajustes a valor justo	13	13
Saldo final do exercício	394	325
Ativo não circulante	394	325

(1) Transferência de parcela dos serviços de construção ou melhoria prestados à concessão, classificados anteriormente como ativo de contrato.

12.2 Ativo contratual: Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção e melhoria da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	219	173
Adições (1)	391	268
Baixas	(5)	-
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(203)	(181)
Transferências - ativos financeiros (1)	(57)	(49)
Transferências - outros	1	8
Saldo final do exercício	346	219
Custo	398	270
Obrigações especiais	(52)	(51)

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de

distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

12.3 Política contábil material e julgamentos críticos: Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que: **a) Política contábil material:** De acordo com os contratos de concessão: • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo: • Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura. • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. • Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado em preço atribuídos pela ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. As estimativas utilizadas consideram premissas observáveis no: (i) Banco de Preços Referenciais e Orçamento Referencial, ambos da ANEEL, e (ii) Banco de Preços da Companhia. Essas premissas podem ser significativamente diferentes das estimadas pela Administração no momento da indenização pelo Poder Concedente.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão
Taxa de amortização a.a.	4,93%
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.005
Amortização	(199)
Transferências - ativo financeiro (1)	1
Transferências - ativo contratual (2)	203
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.010
Custo	5.120
Amortização acumulada	(1.811)
Obrigações especiais	(299)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.012
Baixas	(16)
Amortização	(175)
Transferências - ativo financeiro (1)	3
Transferências - ativo contratual (2)	181
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.005
Custo	4.923
Amortização acumulada	(1.611)
Obrigações especiais	(307)

(1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como ativo financeiro indenizável ou como ativo intangível, conforme a forma de remuneração; e (2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

13.1 Política contábil material: Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2025	2024
Energia elétrica	229	216
Encargos de uso da rede	50	58
Materiais e serviços	100	90
Energia livre (1)	20	17
Total	399	381
Circulante	379	364
Não circulante	20	17

(1) Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos bancários	965	1.175
Mercado de capitais	825	818
Empréstimos e financiamentos	1.790	1.993
Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	41	(45)
Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(683)	(671)
Títulos e valores mobiliários	(1)	(4)
Dívida líquida	1.147	1.273

15.2 Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro (R\$) e Dólar norte-americano (US\$). A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:

	2025	2024
Denominados em R\$	987	979
Indexados a taxas flutuantes	987	979
Denominados em US\$	805	1.016
Indexados a taxas fixas	805	1.016
	1.792	1.995
(-) Custos de transação	(2)	(2)
	1.790	1.993

Passivo circulante	690	147
Passivo não circulante	1.100	1.846

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2025	2024
Custo médio em % CDI (1)	100,5%	105,9%
Custo médio em taxa pré (2)	14,5%	11,5%
Saldo da dívida	1.790	1.993
Instrumentos financeiros derivativos	41	(45)
Dívida total líquida de derivativos	1.831	1.948

(1) Custo médio em taxa pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses; e (2) Resultado de dívida acumulada 12 meses dividido saldo médio dos últimos 13 meses da dívida bruta. **b) Fluxo de pagamentos futuros da dívida:** O fluxo de pagamentos futuros da dívida de principal e juros, líquidos do efeito de instrumentos derivativos, são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (1)	Instrumentos derivativos	Total
2026	673	168	52	893
2027	589	118	(21)	686
2028	250	72	-	322
2029	300	21	-	321
Total	1.812	379	31	2.222

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio de vencimento do endividamento da Compa-

nhia é de 1,65 anos (2,52 anos em 31 de dezembro de 2024).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	1.993	1.614
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (1)	-	400
Amortizações de principal	(105)	(200)
Custo de captação	-	(1)
Pagamento de encargos de dívida	(169)	(169)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	178	154
Variação cambial	(107)	195
Saldo final do exercício	1.790	1.993

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as operações captadas, no montante de R\$ 400, pela Companhia foram: (i) R\$ 200 junto ao Santander com prazo de vencimento em 3 anos; e (ii) R\$ 200 via 6ª emissão de debêntures com prazo de vencimento final em até 5 anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as operações captadas, no montante de R\$ 350, pela Companhia foram: (i) R\$ 200 junto ao Bank of America com prazo de vencimento em 4 anos; e (ii) R\$ 150 junto ao MUFG com prazo de vencimento em 2,5 anos

d) Linhas de crédito:

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total
Linhas de crédito rotativas	R\$	18/07/2026	200
			200

O custo médio para manutenção dessas linhas de crédito em 31 de dezembro de 2025 é de 0,47% a.a. (0,47% a.a. em 31 de dezembro de 2024) sobre o montante total. **e) Condições restritivas financeiras (Covenants):** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 89% contratos de dívida que contém cláusulas de *covenants* que são apurados na controladora. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

	Limites contratual inferior (1)	Medição em 2025 (2)	Medição em 2024 (2)
--	---------------------------------	---------------------	---------------------

Consolidado Neoenergia (3):			
Dívida líquida + EBITDA	≤ 4,0	3,41	3,12
EBITDA + Resultado financeiro	≥ 2,0	2,46	-

(1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas com a composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração, podendo ser trimestral ou anual. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas; (2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia S.A.; e (3) A Neoenergia S.A. é avalista e garantidora das dívidas de suas subsidiárias. A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejassem vencimento antecipado de suas operações financeiras.

15.2.1. Política contábil material: As dívidas e os outros passivos financeiros são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos. **15.3 Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza contratos de *swaps*, a termo e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de riscos estão expostas na nota 1.1. **a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial**

	2025	2024
Contratados para proteção de dívidas:		
Swap de moeda - US\$ vs R\$	(41)	45
Exposição líquida	(41)	45

Ativo circulante	-	6
Ativo não circulante	6	46
Passivo circulante	(20)	(7)
Passivo não circulante	(27)	-

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2025	2024
Derivativos designados para contabilidade de hedge		
- fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	(41)	45
	(41)	45

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes:

	2025	2024
Proteção de dívidas	45	(135)
Proteção de outras operações	(199)	(1)
Total	(154)	(136)

Saldo inicial					
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(199)	(1)	(200)	131	-
Liquidação financeira entradas (saídas)	84	1	85	60	-
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	29	-	29	(11)	-
Saldo final	(41)	-	(41)	45	-
Ganho (perda) reconhecido no resultado					
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	(199)	(1)	(200)	131	-

15.3.1. Política contábil material e julgamentos críticos: a) **Política contábil material:** Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são reconhecidas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge econômico*, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. Nas operações designadas como *hedge accounting*, a Companhia documenta no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

16. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais
a) Provisão para processos judiciais: A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

As provisões para processos judiciais estão apresentadas da seguinte forma:					
	Cíveis (1)	Trabalhistas (2)	Fiscais (3)	Regulatórias (4)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	60	47	30	25	162
Adições e reversões, líquidas	(4)	(1)	-	-	(5)
Pagamentos	(12)	(6)	-	-	(18)
Atualizações monetárias		1	-	2	9
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7	41	(21)	27	148
Circulante					16
Não circulante					132

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Eduardo Capelastegui Saiz Presidente	
TITULARES	
Ana Teresa Lafuente González	Leonardo Pimenta Gadelha
Giancarlo Vassão de Souza	Edison Antônio Costa Britto Garcia
DIRETORIA	
Frederico Jacob Candian Diretor Presidente	Luciana Maximino Maia Diretora de Planejamento e Controle
Renato de Almeida Rocha Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Fabiano da Rosa Carvalho Diretor de Regulação
CONTADORA	
Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis CRC: BA-017210/O-1 CPF: 614.811.305-87	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Neoenergia Distribuição Brasília S.A. Brasília - DF. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Distribuição Brasília S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Neoenergia Distribuição Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda, principalmente, do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica, reconhecidos quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensurados de forma confiável, o que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilidade da rede elétrica, calculada em base estimada, até a data do balanço, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores, bem como pelo uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar a receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica. Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica incluem, dentre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (b) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (c) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (d) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis sobre a ocorrência, a integridade e a exatidão das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) teste de transações sobre população com características de interesse relevante para fins de auditoria na receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (f) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e de disponibilidade da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (g) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências de controles internos relacionadas a determinados controles de tecnologia da informação. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando a natureza, época e extensão, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao saldo de receita de fornecimento de energia

NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A.**, tendo examinado, em reunião realizada no dia 10 de fevereiro de 2026, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2025, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes DELOITTE, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026.

Eduardo Capelastegui Saiz - Presidente

Ana Teresa Lafuente González	Giancarlo Vassão de Souza	Leonardo Pimenta Gadelha	Edison Antônio Costa Britto Garcia
------------------------------	---------------------------	--------------------------	------------------------------------

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

O Diretor Presidente e os demais Diretores da **NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na SMAS S/N Trecho 1 Lote A, Park Corporate, Torre 1, 4º Andar, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.522.669/0001-92, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras da NEOENERGIA BRASÍLIA alusivas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NEOENERGIA BRASÍLIA relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Brasília, 11 de fevereiro de 2026.

Frederico Jacob Candian Diretor Presidente	Renato de Almeida Rocha Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Luciana Maximino Maia Diretora de Planejamento e Controle	Fabiano da Rosa Carvalho Diretor de Regulação
---	--	--	--

elétrica e disponibilidade da rede elétrica. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Infraestrutura de distribuição de energia elétrica:** Conforme mencionada nas notas explicativas nº 3, nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são registrados como ativo contratual durante a fase de construção, seguindo o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo à parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente à parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, do julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluem, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (b) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições ocorridas no exercício; (c) o exame, em base amostral, do status das obras em andamento e avaliação dos prazos para utilização, bem como a sua recuperabilidade; (d) o desenvolvimento de expectativa independente utilizando índices obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) o desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (f) o exame, em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; e (g) a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências nos controles internos relacionadas ao processo de acompanhamento e monitoramento das obras em andamento. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua natureza e sua extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao saldo do ativo contratual da Companhia. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o julgamento inerente ao processo de mensuração e os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards,

emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ	Jônatas José Medeiros de Barcelos Contador CRC nº 1 RJ 093376/O-3
--	---